



ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM A EPT NO IFF: EM BUSCA DA CONSOLIDAÇÃO

Heise Cristine Aires Arêas¹
Saionara Rosa da Cruz²

RESUMO

Diversas instituições em todo o país têm se dedicado ao estudo de estratégias de integração entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). É possível observar nos dados a relevante contribuição da EPT para os indicadores da EJA, com efeitos positivos na redução das desigualdades sociais que privaram muitos brasileiros do acesso à educação. No entanto, ainda persistem obstáculos e restrições de natureza institucional que precisam ser superados. A solução desses obstáculos pode ser alcançada por meio de uma reavaliação das diretrizes normativas institucionais, que permita uma gestão mais abrangente e uma oferta de cursos mais adequada ao seu público-alvo. No que diz respeito à elaboração dos cursos disponibilizados, o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal Fluminense (IFF) destaca a importância da integração entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como um caminho para a política institucional, conforme evidenciado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A produção descrita é resultado de um ano de reflexões realizadas pelo grupo de trabalho composto por representantes dos campi envolvidos na articulação entre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Essa produção coletiva resultou na ampliação das possibilidades de oferta de cursos, direcionadas pela análise das demandas e interesses dos indivíduos envolvidos, considerando também seus perfis educacionais e profissionais, na elaboração de ações que atendam às demandas apresentadas por essa modalidade e seus sujeitos e se compromete a estruturar um plano de implementação de cursos de EJA em todos os campi, de forma a expandir progressivamente a oferta até atingir o percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas, sendo que deste percentual, sejam garantidos 25% (vinte e cinco por cento) de cursos integrados ao ensino médio, fortalecendo assim o direito à educação ao longo da vida para todas e todos.

Palavras-chave: Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, articulação EPT/EJA.

INTRODUÇÃO

Diversas instituições em todo o país têm se dedicado ao estudo de estratégias de integração entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). É possível observar nos dados a relevante contribuição da EPT para os indicadores da EJA, com efeitos positivos na redução das desigualdades sociais que privaram muitos brasileiros do acesso à educação.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), RJ, e-mail: heiseaires@gmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), RJ, e-mail: saionara@iff.edu.br



No entanto, ainda persistem obstáculos e restrições de natureza institucional que precisam ser superados. A solução desses obstáculos pode ser alcançada por meio de uma reavaliação das diretrizes normativas institucionais, que permita uma gestão mais abrangente e uma oferta de cursos mais adequada ao seu público-alvo.

No que diz respeito à elaboração dos cursos disponibilizados, o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal Fluminense (IFF) destaca a importância da integração entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como um caminho para a política institucional, conforme evidenciado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022).

“A produção descrita é resultado de um ano de reflexões realizadas pelo grupo de trabalho composto por representantes dos campi envolvidos na articulação entre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”. Essa iniciativa foi embasada em estudos e discussões provenientes das (2018).”

Essa produção coletiva resultou na ampliação das possibilidades de oferta de cursos, direcionadas pela análise das demandas e interesses dos indivíduos envolvidos, considerando também seus perfis educacionais e profissionais.

2. Fundamentação teórica

2.1 Sobre o Acesso ao Direito à Educação

Ao longo da história, o acesso à educação tem sido reconhecido como um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, gênero, idade ou condição econômica.

No entanto, apesar dos avanços significativos alcançados, ainda existem obstáculos persistentes que dificultam a plena realização desse direito. Uma das principais barreiras é a desigualdade socioeconômica, que limita o acesso à educação de qualidade para muitos grupos vulneráveis.

Além disso, fatores como discriminação, preconceito e exclusão social têm um impacto significativo no acesso à educação. Grupos minoritários, como pessoas com deficiência, refugiados, povos indígenas e mulheres, frequentemente enfrentam barreiras adicionais que dificultam sua participação plena no sistema educacional.

É fundamental abordar essas questões e buscar soluções que garantam um acesso justo e equitativo à educação. Isso requer políticas e práticas educacionais inclusivas, que valorizem a diversidade e promovam a igualdade de oportunidades.

Ainda mais, é necessário investimento em recursos educacionais, capacitação de professores e criação de ambientes educacionais seguros e acolhedores. Os estudantes da EJA são, em sua maioria, aqueles que não conseguiram concluir sua formação escolar dentro do



período considerado regular pela legislação brasileira (BRASIL/LDB, 1996), gerenciando, na maioria das vezes, uma dupla jornada de estudo e trabalho.

As idas e vindas desses alunos no sistema escolar, as interrupções e os afastamentos temporários ou permanentes são caracterizados por fracassos e insucessos pessoais que 'debita na conta do aluno a responsabilidade do fracasso' (ARROYO, 2003 p. 2).

"Essa atribuição de culpa pela saída do estudante da escola para a esfera individual e familiar, ao mesmo tempo em que isenta a própria instituição escolar, é um fenômeno comumente observado."

Como observa Arroyo (2003), é raro que esses agentes reconheçam o fracasso da escola como um fator relevante nesse processo. Dessa forma, esperamos contribuir com importantes subsídios para o desenvolvimento de estratégias efetivas para promover uma educação igualitária e de qualidade para todos os indivíduos, independentemente de suas circunstâncias.

2.2 A articulação entre a EJA e a EPT

A articulação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e no desenvolvimento educacional e profissional dos estudantes. A integração dessas modalidades educacionais permite a oferta de cursos que atendam às necessidades específicas dos estudantes adultos, proporcionando oportunidades de aprendizado contextualizado e alinhado com o mercado de trabalho.

De acordo com Silva (2019), essa articulação contribui para a superação das desigualdades educacionais, ao garantir o acesso à educação e o desenvolvimento de habilidades profissionais relevantes para a inserção e o avanço no mundo do trabalho. Além disso, estudos indicam que a articulação entre a EJA e a EPT promove a autonomia, a valorização da experiência prévia dos estudantes e a formação integral, fortalecendo sua identidade e promovendo uma aprendizagem significativa (SILVA, 2019).

Sob a perspectiva do resgate desses sujeitos por meio de sua atividade profissional e da construção conjunta entre qualificação profissional e aumento de escolaridade, a escola assume outra dimensão. Ela reflete como ponto de partida o conhecimento prévio desses estudantes, uma vez que já estão inseridos no mercado de trabalho, e busca contribuir com aquilo que ainda têm a aprender.

Ao abordarmos as especificidades da Educação, inevitavelmente nos remetemos à Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade própria em função de sua trajetória histórica, características e desafios. Além disso, é crucial abordar sua articulação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A qualificação profissional desempenha um papel significativo no processo de reintegração de jovens e adultos trabalhadores que não tiveram a oportunidade de concluir sua educação formal dentro do período considerado regular pelo sistema educacional brasileiro. Por meio da oferta de programas de formação e capacitação profissional, esses indivíduos têm



a chance de adquirir habilidades específicas e atualizar seus conhecimentos, possibilitando a reinserção no mercado de trabalho e a melhoria de suas condições socioeconômicas.

Nesse contexto, a articulação entre a qualificação profissional e a educação formal desempenha um papel crucial. Ao combinar a aquisição de competências técnicas com a elevação da escolaridade, esses programas oferecem uma abordagem abrangente e integrada, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho contemporâneo.

Essa abordagem ampliada reconhece que o aprendizado não se restringe apenas à sala de aula, mas também é adquirido por meio da experiência de trabalho e das demandas do setor profissional. Portanto, a qualificação profissional proporciona um espaço relevante para que esses jovens e adultos trabalhadores possam retomar sua trajetória educacional de forma contextualizada, aplicando os conhecimentos adquiridos diretamente em sua prática profissional.

Ao oferecer programas de qualificação profissional, as instituições educacionais criam oportunidades para o desenvolvimento integral desses indivíduos, promovendo não apenas sua formação técnica, mas também estimulando o desenvolvimento de habilidades sócio emocionais, o fortalecimento da autoestima e a ampliação das perspectivas de futuro.

Dessa forma, a qualificação profissional se apresenta como um importante instrumento para o retorno de jovens e adultos trabalhadores ao sistema escolar, possibilitando não apenas a obtenção de uma formação mais completa, mas também abrindo portas para novas oportunidades de emprego, crescimento pessoal e desenvolvimento profissional.

A definição de prioridades embasadas em políticas públicas desempenha um papel fundamental no aprimoramento das experiências e na capacidade de oferta de cursos em cada rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em conjunto com os diversos setores envolvidos.

Segundo ARÊAS e tal (2019), a definição de prioridades fundamentadas em políticas públicas pode aperfeiçoar as experiências e a capacidade de ofertas de cursos de cada rede de EPT, com os diversos setores. Não se pode esquecer-se de questões político-pedagógicas, tais como a organização do curso, as práticas pedagógicas, o alinhamento entre o projeto pedagógico da instituição e do curso e as expectativas dos estudantes e sua realidade.

Além disso, é essencial considerar questões político-pedagógicas, como a organização do curso, as práticas pedagógicas, a coerência entre o projeto pedagógico da instituição e do curso, bem como as expectativas dos estudantes e sua realidade (ARÊAS e tal, 2019).

2.3 A Ação educativa sob uma nova institucionalidade

A ação educativa sob uma nova institucionalidade dos Institutos Federais representa uma abordagem transformadora no cenário educacional. Essas instituições têm se destacado como espaços de formação integral, voltados para o desenvolvimento de competências técnicas, científicas, culturais e cidadãs dos estudantes.



Com uma proposta pedagógica inovadora, pautada na integração entre teoria e prática, os Institutos Federais promovem uma educação contextualizada e alinhada às demandas do mundo do trabalho. Além disso, valorizam a inclusão social, a sustentabilidade e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Por meio de parcerias com empresas, setores produtivos e a comunidade local, os Institutos Federais promovem ações educativas que estimulam o empreendedorismo, a inovação e a inserção profissional dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridos.

Nesse contexto, a nova institucionalidade dos Institutos Federais tem se mostrado como um modelo educacional de sucesso, capaz de impulsionar a formação de cidadãos críticos, criativos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável do país (PACHECO, 2010).

A Lei nº 11.892/2008, ao tratar dos objetivos dos Institutos Federais, associa à oferta de cursos em todos os níveis e modalidades educacionais a pesquisa e a extensão.

Segundo Januzzi (2001),

(...) como toda atividade sócio-política, é importante garantir a participação e controle social no processo, a fim de legitimá-lo perante a sociedade, garantir o compromisso dos agentes implementadores e potencializar a efetividade social almejada pelas políticas públicas. Afinal, as decisões públicas são sempre difíceis, já que os recursos são em geral sempre insuficientes para atender a totalidade dos problemas (JANUZZI, 2001).

O ponto de partida da orientação e reflexão das ações institucionais reside no entendimento de que a ação educativa vai além da mera organização de atividades e técnicas no cotidiano escolar. Ela assume o papel fundamental que a ciência da educação se propõe a exercer: ser uma ferramenta de intervenção na realidade.

Nesse sentido, a ação pedagógica transcende sua dimensão meramente educacional e assume um caráter político. Ela demarca posições relevantes, baseia-se em pressupostos comuns e faz a opção por formas de atuação coerentes com os objetivos institucionais. Essa abordagem se materializa por meio de projetos, programas e ações que visam transformar a realidade e promover uma educação significativa e comprometida com a formação integral dos estudantes.

3. Metodologia

3.1 Consolidando Estratégias Institucionais

Embora a articulação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) seja amplamente reconhecida como um caminho promissor, ações isoladas das instituições de EPT têm se mostrado insuficientes para alcançar efetivamente o público da EJA. Diante dessa realidade, é necessário adotar uma abordagem que aperfeiçoe as



experiências e a capacidade de oferta de cursos, estabelecendo parcerias entre as redes de EPT, as redes de EJA e os diversos setores e segmentos sociais.

Segundo o próprio texto do documento (IFF, 2023), “como parte inicial deste processo, destaca-se a construção compartilhada e coletiva do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) que, para além de um documento formal, passou a permear efetivamente as práticas pedagógicas da instituição. Possibilitando, ainda, a progressiva constituição de uma identidade institucional sólida, considerando as decisões estratégicas e políticas(...)”.

Somente por meio dessa colaboração e de um planejamento estratégico consistente que se torna possível promover uma educação inclusiva e transformadora, que valorize a formação integral dos jovens e adultos. Ao adotar essa perspectiva, contribuimos para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e oportunidades para todos os indivíduos.

Uma primeira ação estruturante institucionalmente, se deu em 2019, o IFFluminense aprovou, através da Resolução CONSUP N.º 07, de 28 de fevereiro de 2019, as Diretrizes Institucionais de Articulação da Educação Profissional com Educação de Jovens, o que viria a ser uma normativa orientadora para a oferta da EJA em todos os campi, a qual vai ao encontro dos conceitos e princípios da EJA no âmbito nacional.

O texto do Plano de Desenvolvimento Institucional menciona a importância deste primeiro esforço como parte fundamental para o atendimento dos princípios para a articulação EPT/EJA, e destaca a ampliação das possibilidades de tal articulação: “(...) e apresenta como possíveis formas de oferta da modalidade da EJA: a) Educação de Jovens e Adultos presencial; b) Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância (EJA/EaD); c) Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio; e d) Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida.” (IFF, 2032, p. 116).

Segundo Gohn (2011), a mobilização de grupos profissionais específicos, por meio do diálogo com os sindicatos de classe, bem como a construção de parcerias entre empresas e unidades educacionais, têm se mostrado como exemplos de ações articuladas que vão além das fronteiras de uma única instituição. Essas iniciativas viabilizam o retorno do público trabalhador à educação e promovem a elevação da escolaridade dos trabalhadores.

Essas ações colaborativas transcendem barreiras institucionais isoladas, promovendo um ambiente propício para o retorno e engajamento dos trabalhadores na busca pela qualificação profissional e elevação de sua escolaridade. Dessa forma, é possível fortalecer a articulação entre as instituições de ensino e os diversos atores sociais, proporcionando uma educação mais inclusiva e alinhada com as demandas do mundo do trabalho (GOHN, 2011).

Através do engajamento dos sindicatos de classe, é possível estabelecer estratégias conjuntas que valorizem as demandas e necessidades dos trabalhadores, incentivando a sua participação ativa na educação. Além disso, a construção de parcerias entre empresas e instituições educacionais, sejam elas federais, estaduais, ou municipais, possibilita a criação de programas e projetos que articulam de forma efetiva a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com a Educação de Jovens e Adultos.



4. Resultados e Discussão

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) é o instrumento de referência e orientação para as reflexões e ações institucionais. Seu conteúdo estabelece ligações entre os conceitos de humanidade e sociedade, assumidos pela instituição, e as práticas cotidianas, como resultado da aplicação das opções políticas, pedagógicas e filosóficas, mantendo o diálogo e/ou canais de escuta com a população.

Este percurso passa por diferentes dimensões e temas. Assim, o PPI é construído como parte da natureza institucional, de educação, ciência e tecnologia, apresentam opções político-pedagógicas de intervenções focadas na inclusão e direcionadas à contribuição para uma sociedade mais justa, democrática, igualitária e sustentável.

Tal como afirma seu texto introdutório:

“O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresenta as políticas institucionais, as estratégias e os projetos do Instituto Federal Fluminense para enfrentar os desafios da educação profissional, científica e tecnológica. Esse documento é o reflexo da complexidade do nosso fazer e de caráter abrangente em sua visão político-institucional. Sob essa perspectiva, não apresenta perfil estático de proposições, devendo estar, durante todo o período de vigência, articulado com os atores socioeducacionais, econômicos e ambientais, bem como com as instâncias governamentais.” (IFF, 2020, p.26.)

Para promover o atendimento ao público da EJA na articulação com a EPT, propõe-se a adoção de um modo de gestão baseado em um processo de articulação; e o planejamento e cooperação entre instituições e segmentos da sociedade, considerando as condições históricas, sociais, regionais, culturais e geracionais para a elaboração de ações educacionais para esse público. Tais atividades devem ser previstas nos projetos pedagógicos dos cursos, seja na forma de projetos integradores, de pesquisa e/ou extensão, aliados a visitas técnicas e outras atividades complementares.

“Ciente de sua responsabilidade social e compreendendo os impactos dos contextos históricos, sociais, culturais e geracionais expressados no perfil dos sujeitos da EJA, assim como também almejando abarcar os interesses e especificidades desse público, o IFFluminense está engajado na elaboração de ações educacionais que atendam às demandas apresentadas por essa modalidade e seus sujeitos e se compromete a estruturar um plano de implementação de cursos de EJA em todos os campi”. (IFF, 2023, p. 118).

O PPI do IFFluminense será complementado pelos Projetos Político-Pedagógicos dos campi e da Reitoria, a partir do entendimento de que os princípios e refletir objetivamente em toda instituição, suas unidades e setores, aprimorando-se e materializando-se a partir dos processos de interação e sistematizados em seus documentos institucionais.



Considerações Finais

Ciente de sua responsabilidade social e compreendendo os impactos dos contextos históricos, sociais, culturais e geracionais expressados no perfil dos sujeitos da EJA, o IFFluminense está engajado na elaboração de ações educacionais que atendam às demandas apresentadas por essa modalidade e seus sujeitos e se compromete a estruturar um plano de implementação de cursos de EJA em todos os campi, de forma a expandir progressivamente a oferta até atingir o percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas, sendo que deste percentual, sejam garantidos 25% (vinte e cinco por cento) de cursos integrados ao ensino médio, fortalecendo assim o direito à educação ao longo da vida para todas e todos.

O compromisso firmado pela comunidade do IFFluminense (IFF, 2023), sistematizado em seu documento orientador, apoia suas ações educacionais da inclusão de jovens e adultos nas ofertas institucionais; a inserção orgânica da EJA em seu sistema educacional público; a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como fundamento da formação do sujeito e as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

REFERÊNCIAS

AREAS, H. C. A; SILVA, M. L. R. N da. ; FONSECA, P.B.F; JULIO, V.S. Por uma escola possível ao trabalhador. In: O enigma da permanência na educação: incursões técnicas e metodológicas para a investigação. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019, v.01, p. 85-96. ISBN: 978-85-5635-084-8.

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? Currículo sem Fronteiras, v. 3, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. 16, 2011.

IFF. Plano de Desenvolvimento Institucional do IFF, 2023-2027. RESOLUÇÃO CONSUP-IFFLU N°143, DE 30 DE JUNHO DE 2023.

JANNUZZI, P. DE M. Indicadores Sociais No Brasil – Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.